

Estados tentam acordo para refinanciar dívidas

O Paraná e o Ceará discordam do que o Congresso aprovou

As relações econômicas entre o Governo Federal e os governos estaduais, em dois anos de administração Collor, podem ser caracterizadas pela tentativa de se "costurar" um acordo global para saneamento das finanças públicas. Na base desse acordo está o refinanciamento das dívidas estaduais, em condições que permitam aos governadores manter um programa mínimo de investimentos, ao mesmo tempo em que o Governo Federal obtenha apoio para a votação de reformas estruturais necessárias à retomada do desenvolvimento econômico.

O acordo (Lei 8.388), conforme foi aprovado pelo Congresso Nacional encontra, inicialmente, resistência por parte das bancadas do Paraná e do Ceará, cujos governadores entendem estar havendo favorecimento aos estados que não empreenderam qualquer esforço para sanar suas contas. Paraná e Ceará são, no momento, exemplos de administração pública. Suas contas não apresentam déficit e seus governadores lutam para obter tratamento diferenciado. Além disso, outros governadores, insatisfeitos com a interpretação que o Banco Central vem dando à lei, já iniciaram um processo de mobilização de suas bancadas para obter uma maior flexibilização. Assim, enquanto o Senado Federal se mobiliza em torno de projeto de resolução que definirá limites de endividamento, corre no Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade com pedido de liminar contra os termos do acordo.

Em linhas gerais, a lei concede 20 anos aos estados e municípios para saldarem suas dívidas, prazo esse prorrogável por outros dez anos. Os pagamentos devem ser efetuados em 40 parcelas semestrais, com seis por cento de juros ao ano, com base na metodologia de cálculo da "Tabela Price". O saldo devedor é atualizado segundo o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). As dívidas serão refinanciadas apenas mediante a emissão de títulos públicos especiais, com garantias ao Governo.

Jogo Duro — Para garantir a completa adesão à lei de rolagem das dívidas, o Governo decidiu jogar duro e adotou, nos últimos dias, duas medidas destinadas a impedir que estados e municípios tenham acesso a novos empréstimos junto a bancos oficiais. O Banco Central determinou o bloqueio de novos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) pelo prazo de 45 dias. Já o ministro da Economia Márcio Marques Moreira, determinou que os bancos oficiais só poderão emprestar na mesma proporção do retorno dos empréstimos. Assim, quem não pagar fica sem dinheiro.

A equipe econômica alega que a lei em vigor reflete a vontade dos estados e municípios, que pressionaram o Congresso para obter a sua aprovação. Os secretários estaduais de Fazenda ponderam, porém, que da forma como a lei foi interpretada pelo Banco Central, a rolagem ficará inviabilizada.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não exige retorno financeiro dos estados e municípios para o cumprimento das metas. Entretanto, o programa de saneamento das contas públicas acertado com o Fundo pressupõe o saneamento financeiro dos estados e municípios, que seria viabilizado pela rolagem.

Outro trunfo de que dispõe o Governo é a proibição dos estados e municípios de emitirem novos títulos até 1998, conforme previsto na lei. Só que os governadores não concordam mais com essa exigência e querem tornar a regra mais flexível, através do projeto de resolução do Senado Federal.

FOTOS: ARQUIVO



O acordo global para saneamento das finanças públicas tem em sua base o refinanciamento das dívidas estaduais, que permita aos estados um mínimo de investimento

Cunha Lima acha relações tímidas

Na opinião do governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima (foto), não se pode negar a existência de canais de diálogo abertos e ativos entre estados e o Governo Federal: "Ora mais abertos, ora menos ativos, mas ainda limitados". Para Cunha Lima, as relações políticas entre a União e os estados, principalmente os do Nordeste, ainda são tímidas e não permanentes. "Daí, não merecem balanço positivo. O neutro é mais real e mais justo".

O governador paraibano destaca também que é preciso com-



preender e ter em vista na postura política e na ação administrativa que os interesses dos estados e da União são necessariamente conflitantes. "O povo que nos deu aos governos estaduais e Federal o sentido da legitimidade política é o mesmo que nos impõe a medida da carência social", lembra.

Sobre a rolagem das dívidas estaduais, Ronaldo Cunha Lima afirma que sem a efetiva ajuda do Governo Federal fica bem mais difícil qualquer solução a curto e médio prazos. "A rolagem da dívida, que já vai há muito tempo, é imprescindível à promoção e fomento do desenvolvimento estadual", diz Cunha Lima ao defender acordos imediatos no sentido de resolver essa questão.

Ronaldo Cunha Lima cobra um maior entendimento entre o Governo Federal e os estados. O governador vê também com bons olhos as últimas posições do ministro da Ação Social, Ricardo Fiuzza, que já inicia articulações e discute com os governos estaduais programas e projetos.

Ciro Gomes diz que não é discriminado

"Respeitosas". É assim que define o governador do Ceará, Ciro Gomes (foto), as relações entre o seu estado e o Governo Federal. "É dever de justiça anotar que, em nenhum momento, o governo do Ceará sofreu qualquer tipo de discriminação", disse o governador, referindo-se ao presidente Collor. Segundo ele, apesar de pertencer à oposição e mesmo sendo um duro crítico da administração Collor não sofreu qualquer perseguição por parte dos membros do Governo Federal.

"A crise é grave, todos sabemos. O Governo opera mal, também sabemos. Mas eu anoto um fato positivo: a recente mudança do Ministério permite que renovemos alguma esperança de que as coisas poderão mudar", acredita. Ciro Gomes se diz um otimista quanto ao futuro do Brasil. Infelizmente, não posso afirmar que a consequência dos atos do Governo tenha sido positiva, nestes primeiros dois anos de administração Collor", lamenta.

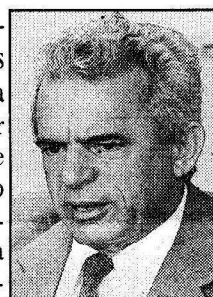


Iris aprova política de austeridade

"Estamos criando as condições necessárias para implementar nosso plano de governo dentro de uma compreensão realista das atuais condições econômicas do País, que exigem o sacrifício de toda a sociedade nesta etapa de transição, para que a normalidade seja de fato alcançada", defendeu o governador de Goiás, Iris Rezende (foto). Ele argumenta que para se poder realizar as obras e os serviços de que necessita a população, é imprescindível a agilização de uma política baseada na austeridade e no rígido controle público.

Nesse aspecto de austeridade administrativa, ressalta o governador, a renegociação das dívidas dos estados é aspecto de extrema importância no esforço geral que os governadores realizam no processo de ajuste de caixa e as negociações políticas são fundamentais para um resultado positivo.

Para Iris Rezende, há hoje uma interação entre as atividades dos governos estaduais e a administração federal, "o que abre a possibilidade para o incremento das políticas de desenvol-



vimento regional, notadamente no setor primário, a base da economia de Goiás".

Os primeiros resultados desse diálogo já podem ser sentidos com a liberação dos recursos destinados ao plantio agrícola. "A safra deste ano obteve um aumento importante num momento em que o crescimento da produção torna-se imprescindível para o combate à inflação", esclarece.

No plano político, Iris vê um clima de absoluta normalidade "experimentado por nossas instituições", o que, segundo ele, é o indicador mais seguro para demonstrar que o relacionamento entre estados e Federação não obteve nenhum atropelo ou algo que pudesse descaracterizá-lo. "Acreditamos ser fundamental uma troca constante de experiências entre as administrações estaduais e a federal, uma espécie de governo articulado com todas as unidades da Federação", afirma.

Entende o governador de Goiás que o combate à inflação hoje não pode prescindir da decisiva participação dos governadores, "porque as ações isoladas não têm apresentado resultados positivos". Com relação especificamente a Goiás, Iris Rezende considera positivo o desenvolvimento de ações que resultem no crescimento do setor agropecuário.

Pedrossian aponta clima de cooperação

"Nunca vivi antes um clima de cooperação e entendimento, em todos os sentidos, tão bom com o governo federal", afirma o governador do Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (foto). Segundo ele, os gabinetes dos ministros estão permanentemente abertos aos governadores e seus auxiliares. "Em nosso caso, tratando-se de um estado pequeno, sem grande peso de pressão política, cuidamos de nos apresentar em Brasília munidos de argumentos, estudos técnicos e respaldados no apoio da sociedade e na competência do nosso governo", ressalta.

Falando sobre a questão da dívida do estado com a União, Pedro Pedrossian explica que o Mato Grosso do Sul é caso único no País quanto a esta dívida. "Em primeiro lugar, porque tem condições de absorver suas dívidas fundadas interna e externa", argumenta. Mesmo sem a rolagem da dívida, comemora Pedrossian, o esta-



do tem condições de criar instrumentos de progresso, com recursos próprios. Mas acrescenta: "Nós temos a figura da Dívida de Antecipação de Receita Orçamentária (ARQ), que foi tomada em bancos para regularizar oito folhas de pagamento dos servidores".

Pedrossian diz que a ARQ é o grande problema do estado, pois exige amortizações mensais. Seu total chega hoje ao equivalente a 112 milhões de dólares. "O que precisamos é a saída para essa dívida, que nos entrava e compromete. Nós não temos banco estadual e essa dívida está direta no Tesouro e nenhum outro estado tem esse problema. Já colocamos a questão para as autoridades do Governo Federal, nossa bancada no Congresso tem trabalhado o assunto". A articulação política entre o Governo Federal e os estados, destaca Pedrossian, é extremamente competente. "Da mesma forma a interlocução entre as bancadas dos estados no Congresso se faz em alto nível". Para o governador, as lideranças do Governo procuram se entender com as lideranças regionais.

Fleury procura a solução adequada

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (foto), definiu como um grande avanço nas relações com o Governo Federal, o acordo de renegociação das dívidas dos estados. "No caso de São Paulo, ainda temos algumas pendências para o acerto geral de contas, mas há uma disposição de ambas as partes para que se encontre uma solução adequada", explica Fleury.

O governador afirmou também que ainda está preocupado com relação à política econômica do Governo Federal de um modo geral. "Estamos preocupados quanto ao seu aspecto recessivo, que tem afetado a indústria e o comércio de São Paulo", disse ao defender a redução da taxa de juros e medidas de incentivo à produção e combate ao desemprego.

"Discordamos da decisão de abreviar os prazos para a redução

das alíquotas de importação, que pode colocar em risco a saúde de muitas empresas brasileiras", alertou. Segundo ele, a liberalização das importações deve ser escalonada para evitar o sucateamento de parte da indústria nacional.

As relações entre São Paulo e o Planalto também foi um dos assuntos abordados por Fleury. Na sua opinião, nos contatos mantidos com o Presidente Fernando Collor, quer seja pessoalmente ou por telefone, passa a impressão que o presidente está desejoso em acertar e disposto a trilhar novos caminhos. "Nossa relação é de nível. As vezes, as relações com funcionários operacionais, em Brasília, complicam o entendimento".

Indagado sobre o entrosamento administrativo entre o Presidente e os estados, Fleury coloca como exemplo o caso da Saúde. Explicou ele que devido ao atraso cons-



tante no repasse de verbas, os hospitais mantidos pelo Governo Federal em São Paulo haviam chegado a uma situação dramática, com falta de material cirúrgico, remédios e até de alimentação para os doentes.

Nesse contexto, continua Fleury, o governo do estado recebeu com muita satisfação a decisão presidencial de empregar o Ministério da Saúde ao médico Adib Jatene, "conhecido e respeitado por todos em São Paulo e que, tenho certeza, dará o melhor tratamento a esta questão".

Sobre as recentes mudanças no primeiro escalão do governo Fleury afirmou que essas alterações indicam uma disposição para o diálogo político altamente favorável. Para o governador, esta disposição haverá de aplainar dificuldades administrativas, favorecendo o melhor relacionamento com os estados. "De nossa parte, apesar da posição crítica que assumimos, e continuamos a assumir, todas as vezes que julgarmos necessário, não nos furtaremos ao diálogo". Concluiu.